

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/18 - REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para o **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS** especificados no Item 1 deste Edital, que será regido pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pelo Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, e pelas condições deste Edital.

**HORA:** 9h

**DATA:** 28/11/18

**LOCAL:** Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, fundos, sala 08 – **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, em Candelária – RS.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

### 1 - DO OBJETO

**1.1** A presente licitação tem por objeto o registro de preços de **MEDICAMENTOS** conforme especificações constantes do **ANEXO III**.

**1.2.** Os medicamentos serão adquiridos conforme a demanda do Município.

**1.3. Os medicamentos deverão ter uma validade mínima de 12 meses**, contados da data de entrega dos mesmos. Caso haja solicitação por parte da empresa e tenhamos alta demanda, poderão ser analisados pedidos de entrega com menor prazo de validade, porém, deverá passar por prévia aprovação do farmacêutico responsável do Município juntamente com uma carta de troca;

**1.4.** A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a contratar e adquirir os medicamentos licitados e registrados.

**1.5. Embalagem:** o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde;

a) As distribuidoras e transportadoras não poderão omitir dados de produção do fabricante na caixa de embarque (exemplo: lote, data de fabricação e validade) através da colagem de novas etiquetas sobre as informações.

**1.6. Rotulagens e bulas:** todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem conter nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja, número do lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome



genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

**1.7. Responsável Técnico:** as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada;

**1.8. Lote e Validade do Medicamento:** o número dos lotes, data de validade dos medicamentos e o fabricante devem estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue;

**1.9. Laudo de Análise de Controle de Qualidade:** os fornecedores (fabricantes, distribuidoras ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos de todos os lotes, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas) na entrega dos medicamentos.

**1.10.** O acondicionamento e transporte dos medicamentos deve ser feito dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos de pó, umidade e variações de temperatura, sendo expressamente proibido por parte da empresa contratada efetuar a entrega em carros, motocicletas e/ou caminhões de carroceria aberta, ou seja, que não sejam apropriados para o transporte de medicamentos e congêneres, sob pena de incorrer em quebra contratual e sujeitar-se às penalidades cabíveis. No caso dos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

## **2 - DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**2.1.** Os interessados em participar da presente concorrência, representados por pessoa credenciada, autorizada à prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar 02 (dois) envelopes distintos (documentos à habilitação e proposta, respectivamente), fechados e indevassáveis, na seguinte forma:

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 15/18  
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO  
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 15/18  
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA  
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

**2.2.** A habilitação a presente licitação far-se-á mediante comprovação de capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, através de entrega do envelope nº 01, contendo, obrigatoriamente, original ou cópia autenticada da seguinte documentação:

### **2.2.1. CAPACIDADE JURÍDICA:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

### **2.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes no Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

### **2.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, em nome da empresa licitante, emitida pelo órgão competente, dentro do seu período de validade;
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da empresa licitante, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- c) Certidão de Regularidade do Responsável Técnico (Farmacêutico) da empresa emitido junto a entidade profissional competente(CRF);
- d) Autorização Especial (AE) de funcionamento emitida pela ANVISA, para os medicamentos que constam na Portaria nº 344/1998.

### **2.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida nos últimos 90 dias pelo distribuidor da sede da licitante;

### **2.2.5. OUTROS DOCUMENTOS:**

- a) Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento ao previsto na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02 e de acordo com a previsão da Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII;
- b) Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

#### OBSERVAÇÕES:

**2.3.** Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

**2.4.** Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

**2.5.** As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração, sob as penas da lei, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

**2.6.** A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 2.2.2, alíneas 'a' a 'f', deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**2.7.** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**2.8.** O prazo de que trata o item 2.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**2.9** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**2.10.** Não poderão participar desta licitação as empresas que, a partir da habilitação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, tenha em seu quadro societário ou, venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores públicos inclusive, de ocupantes de cargos de direção, de assessoramento e de membros vinculados à Prefeitura Municipal de Candelária/RS.

### 3 - DA PROPOSTA

**3.1.** O envelope de nº 2 deverá conter a proposta de preços, digitada em uma via, datada e assinada pela proponente, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas que prejudiquem a interpretação da proposta, contendo, necessariamente, além dos elementos mencionados no objeto, as seguintes condições:

**3.1.1.** Orçamento discriminativo dos bens a serem fornecidos, já incluídas as despesas com encargos fiscais, comerciais e trabalhistas de qualquer espécie, com atendimento integral das especificações e condições de fornecimento constantes dos anexos deste Edital, indicando a cotação do preço unitário correspondente, em moeda nacional, com duas casas decimais após a vírgula;

**3.1.2.** Os preços serão básicos para a data de recebimento das propostas e abrangerão o que for necessário para o fornecimento completo e satisfatório dos bens correspondentes, desclassificando-se a oferta que estabelecer condição;

**3.1.3.** Os preços deverão ser cotados com os impostos inclusos;

**3.1.4.** Quando a proponente informar isenção de imposto, obrigatoriamente, deverá comprovar o benefício, sob pena de suportar o eventual prejuízo decorrente;

**3.1.5.** Na proposta deverá constar marca e forma de apresentação dos medicamentos (exemplo: caixa com 500 comprimidos; caixa com 120 ampolas.);

**3.1.6.** Os produtos deverão ser livres de despesas pertinentes a frete, carga, descarga, cabendo a licitante arcar com todos os custos inerentes aos mesmos;

**3.1.7.** Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos emitidos pela ANVISA (os distribuidores não possuem este certificado em seu nome, mas deverão exibir o do fabricante do medicamento licitado);

**3.1.8.** Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para medicamentos emitido pela ANVISA, dentro do seu período de validade (deve estar válido no dia da abertura da licitação). Não serão aceitos protocolos para emissão ou renovação do mesmo. O presente certificado deve ser apresentado por distribuidoras e representantes, sendo dispensado caso a licitante seja a fabricante do produto. Não será aceito a apresentação no Manual de Boas Práticas em substituição ao certificado;

**3.1.9.** Certificado de Registro de todos os Produtos, emitido pela ANVISA.

**3.2.** Os itens acima, deverão ser apresentados dentro de seu período de validade, através do original, cópia autenticada, publicação no Diário Oficial da União ou emissão eletrônica (internet). No registro ou na publicação do Diário Oficial apresentado deverá ser assinalado (indicado com marca texto) obrigatoriamente o produto cotado, bem como a sua correspondente numeração;

a) Empresas que não assinalarem de forma clara a numeração correspondente do certificado apresentado serão desclassificadas nos itens não assinalados;

**3.3.** No caso do produto importado também se faz necessária a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem (e com tradução para a língua portuguesa) ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira;



**3.4.** O simples protocolo, perante o competente órgão no Ministério da Saúde ou da Secretaria Estadual, do pedido de expedição de Licença, Autorização, Certificado ou Registro, não substitui esses documentos;

**3.5.** O Relatório de Inspeção emitido pela ANVISA local, com parecer conclusivo que as empresas cumprem com as Boas Práticas de Fabricação, não substitui e nem vale como documento de certificação da empresa;

**3.6.** Caso a empresa ou o produto cotado seja isento de um dos documentos exigidos acima, a licitante deverá apresentar a respectiva dispensa de Registro ou Certificado de Isenção junto ao órgão competente ou declaração da empresa ou documento equivalente que comprove a dispensa, sendo posteriormente sua validade e regularidade avaliada;

**3.7.** A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Concorrência.

**3.8.** APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, FAX, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

#### **4 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DESEMPATE**

**4.1.** O julgamento das propostas será realizado em função do **MENOR PREÇO POR ITEM**, classificando-se em primeiro lugar aquela que estiver de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço unitário.

**4.1.1.** As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido na Planilha de Quantitativo e Custos Unitários (ANEXO III).

**4.2.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 2.5.

**4.2.1.** Considera-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

**4.2.2.** A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

**4.3.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/06, com alteração dada pela Lei Complementar nº 147/14, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.



c) Se houver duas ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

**4.4.** Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 4.2.1 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**4.5.** O disposto nos itens 4.2 à 4.4, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.6.** As demais hipóteses de empate entre duas ou mais empresas, terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes, na forma do art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## **5- DO PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO FINANCEIRA**

**5.1.** Os pagamentos serão efetuados à vista, após a entrega dos materiais, através do Banco/Tesouraria, mediante apresentação da nota fiscal que deve conter a modalidade e o número da licitação, bem como os dados bancários atualizados.

**5.2.** Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente registro de preços.

**5.3.** Havendo alteração de preços dos materiais cotados, os preços registrados poderão ser atualizados, de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

**5.4.** O Fornecedor do registro de preços deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Candelária, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

**5.5.** A empresa deverá prever em suas propostas as altas e baixas sazonais nos preços dos produtos a serem fornecidos, os dissídios coletivos anuais das categorias profissionais envolvidas na contratação, a inflação do período de fornecimento, e outros fatores que poderão influenciar o custo do produto durante o prazo de vigência do registro de preços, uma vez que estes não estão previstos nas situações do dispositivo legal anteriormente citado.

**5.6.** Independentemente da solicitação de que trata o item 5.3 a 5.5, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da ata pelas partes interessadas.

**5.7.** O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

## **6 - DO PRAZO, CONDIÇÕES, LOCAL DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** O prazo de entrega dos medicamentos será de no máximo de 10 dias corridos, contados do recebimento do empenho. Caso não cumprido, a empresa então deverá



justificar por escrito o atraso, pedindo a prorrogação do prazo por no máximo 10 dias. Caso estes prazos sejam extrapolados, serão tomadas as medidas cabíveis;

**6.2.** Os medicamentos adquiridos deverão ser entregues na Farmácia Municipal, situada na Rua Thompson Flores, nº 408, Bairro Centro, em Candelária, RS, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00;

**6.3.** Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos;

**6.4.** O objeto se estiver de acordo com Edital e seus Anexos, será recebido:

- a) **provisoriamente**, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado na licitação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade, características e quantidade dos produtos e consequentemente aceitação, no prazo máximo de 5 dias úteis contados após o recebimento provisório.

**6.5.** A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao Município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação / desconformidades com as Normas Técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato;

**6.6.** Na hipótese de não cumprimento das exigências previstas neste item 6 do edital ou avaria durante armazenamento e distribuição, o fornecedor será notificado a retirar o produto no local de entrega, substituindo-o por outro que atenda integralmente as especificações deste, sem qualquer ônus para o Contratante, no prazo máximo de 7 dias úteis;

**6.7.** A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento;

**6.8.** Caso haja erro na entrega por parte do fornecedor, a mesma fica responsável pelo recolhimento dos produtos no prazo máximo de 30 dias, após, os produtos serão considerados bonificação e incluídos no estoque da Farmácia Municipal;

**6.9. Os medicamentos deverão ter uma validade mínima de 12 meses**, contados da data de entrega dos mesmos. Caso haja solicitação por parte da empresa e tenhamos alta demanda, poderão ser analisados pedidos de entrega com menor prazo de validade, porém, deverá passar por prévia aprovação do farmacêutico responsável do Município juntamente com uma carta de troca;

**6.10. Embalagem:** o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde;

a) As distribuidoras e transportadoras não poderão omitir dados de produção do fabricante na caixa de embarque (exemplo: lote, data de fabricação e validade) através da colagem de novas etiquetas sobre as informações.

**6.11. Rotulagens e bulas:** todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem conter nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja, número do lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome





genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

**6.12. Responsável Técnico:** as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada;

**6.13. Lote e Validade do Medicamento:** o número dos lotes, data de validade dos medicamentos e o fabricante devem estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue;

**6.14. Laudo de Análise de Controle de Qualidade:** os fornecedores (fabricantes, distribuidoras ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos de todos os lotes, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas) na entrega dos medicamentos.

**6.15.** O acondicionamento e transporte dos medicamentos deve ser feito dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos de pó, umidade e variações de temperatura, sendo expressamente proibido por parte da empresa contratada efetuar a entrega em carros, motocicletas e/ou caminhões de carroceria aberta, ou seja, que não sejam apropriados para o transporte de medicamentos e congêneres, sob pena de incorrer em quebra contratual e sujeitar-se às penalidades cabíveis. No caso dos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

**6.16.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como, não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação;

**6.17.** A fiscalização dos itens recebidos, da documentação técnica e das atas de registro de preços ficará sob a responsabilidade das servidoras farmacêuticas MARISOL SCHNEIDER e MICHELE AGGENS.

**6.18.** A critério do Município, poderão ser exigidos cópia (s) da (s) nota (s) fiscal (ais) de compra dos suprimentos, para fins de comprovação de sua aquisição de distribuidor (es) oficial (ais);

## **7 - DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES**

**7.1.** Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

**7.1.1.** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**7.1.2.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.



**7.1.3.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**7.2.** Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 7 (sete) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

**8.1.** No local, dia e horário indicados neste Edital serão recebidos os envelopes de nº 01 (HABILITAÇÃO) e o nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS), entregues por representante autorizado da licitante.

**8.2.** Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para a entrega dos envelopes, nenhum documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.

**8.3.** Os representantes presentes serão identificados e será iniciada a abertura dos envelopes. Aberto os envelopes de nº 01, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes aptos e pela Comissão.

**8.4.** Serão considerados automaticamente inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente, as condições deste Edital.

**8.5.** Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a comissão procederá à abertura dos envelopes de nº 02, em sessão pública previamente designada, que poderá ser a mesma prevista no subitem 8.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes e habilitadas ou não, desistirem da faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante o registro da circunstância em ata.

**8.6.** Os envelopes contendo as propostas das participantes inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassados, conforme art. 43, inciso II, da Lei nº 8.666/93, diretamente na Divisão de Licitações, sendo que se não forem retirados em 30 dias, serão inutilizados.

**8.7.** Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas pelas licitantes presentes e pela Comissão.

**8.8.** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidade, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam as especificações do edital ou contenham preços exorbitantes ou manifestamente inexequíveis, na forma da Lei.

**8.9.** A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

**8.10.** Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

**8.11.** De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e, quando for o caso pelas licitantes.



## **9 - DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial e no site do Município para ciência dos interessados e efeitos legais.

**9.2.** Homologado pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços registrados serão registrados no Sistema de Registro de Preços do Município, que poderá convocar quando necessário, a celebração das contratações decorrentes, mediante empenho, durante o período de sua vigência e nas condições deste edital.

## **10 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1.** A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

**10.2.** Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

**10.3.** Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

**10.4.** Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

**10.5.** Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

**10.6.** Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

**10.7.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

**10.8.** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

**10.9.** Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o site [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº677 de 26 de setembro de 2011 e alterações.

**10.10.** Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**10.11.** Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**10.12.** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

**10.13.** A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

**10.14.** Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

**10.15.** Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Planilha de Quantitativos e Custos Unitários.

Anexo IV – Minuta de ata.

**10.16.** Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto a Divisão de Licitações em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106 ou pelos e-mails [licitacoes@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes@candelaria.rs.gov.br) e [licitacoes2@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes2@candelaria.rs.gov.br). Cópias do edital poderão ser obtidas através do site [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 19 de outubro de 2018.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

**DIONATAN TAVARES DA SILVA**  
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Concorrência Pública nº 15/18 foi revisado em 19 de outubro de 2018, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

**TANAELA ELLWANGER MULLER**  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS Nº 86.371

**FRANCIÉLE SCHRÖDER**  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS Nº 95.508



## ANEXO I

### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento ao previsto na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02 e de acordo com a previsão da Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa .....não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

.....  
(data)

.....  
(nome)



### ANEXO III

#### PLANÍLHA DE ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT BR	FORMA	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR MÉDIO
1	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO	267502	Comprimido 100 mg	150.000	200.000	R\$0,10
2	ÁCIDO FÓLICO	267503	Comprimido 5 mg	20.000	40.000	R\$0,06
3	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO)	267504	Cápsula gelatinosa 250 mg	40.000	70.000	R\$0,38
4	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO)	267505	Comprimido 500 mg	55.000	90.000	R\$0,77
5	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO)	308732	Xarope 250/5ml	1.000	2.000	R\$4,57
6	ACICLOVIR	268370	Comprimido 200mg	5.000	8.000	R\$0,39
7	ÁGUA PARA INJEÇÃO	315056	Ampola 5 ml	700	1.200	R\$0,26
8	ÁGUA PARA INJEÇÃO	276839	Ampola 10 ml	800	1.300	R\$0,21
9	ALBENDAZOL	267506	Comprimido mastigável 400 mg	1.500	3.000	R\$0,60
10	ALBENDAZOL	267507	Suspensão Oral 40 mg/ml	1.600	3.100	R\$1,26
11	ALENDRONATO DE SÓDIO	269462	Comprimido 70 mg	2.500	5.000	R\$0,45
12	AMIODARONA	267510	Comprimido 200 mg	15.000	30.000	R\$0,50
13	AMITRIPTILINA, cloridrato	267512	Comprimido 25 mg	200.000	300.000	R\$0,07
14	AMOXICILINA	271111	Suspensão Oral 50 mg/ml - 150 ml	1.000	2.500	R\$7,59
15	AMOXICILINA	271111	Suspensão Oral 50 mg/ml - 60 ml	1.000	2.500	R\$4,51
16	AMOXICILINA	271089	Cápsula 500 mg	30.000	60.000	R\$0,24
17	AMOXICILINA+CL AVULANATO DE POTÁSSIO	281135	Suspensão Oral 50 mg/12,5 mg/ml	700	1.400	R\$23,89

18	AMOXICILINA+CL AVULANATO DE POTÁSSIO	271217	Comprimido 500 mg/125 mg	10.000	20.000	R\$1,67
19	ANLODIPINO, besilato	272434	Comprimido 5 mg	70.000	140.000	R\$0,04
20	ANLODIPINO, besilato	268896	Comprimido 10 mg	10.000	20.000	R\$0,13
21	ATENOLOL	267516	Comprimido 25 mg	5.000	10.000	R\$0,05
22	ATENOLOL	267517	Comprimido 50 mg	30.000	60.000	R\$0,06
23	ATENOLOL	267518	Comprimido 100 mg	5.000	10.000	R\$0,11
24	AZITROMICINA	314517	Suspensão Oral 40 mg/ml	1.000	2.000	R\$5,75
25	AZITROMICINA	267140	Comprimido 500 mg	10.000	20.000	R\$0,89
26	BENZILPENICILINA BENZATINA	270613	Pó p/suspensão inj. 600.000 UI	500	1.000	R\$9,22
27	BENZILPENICILINA BENZATINA	270612	Pó p/suspensão inj. 1.200.000 UI	1.500	2.000	R\$11,56
28	BIPERIDENO, cloridrato	270140	Comprimido 2 mg	100.000	200.000	R\$0,25
29	BIPERIDENO, lactato	270138	Solução injetável 5mg/ml	100	200	R\$2,15
30	CAPTOPRIL	267613	Comprimido 25 mg	200	500	R\$0,03
31	CARBAMAZEPINA	267618	Comprimido 200mg	150.000	300.000	R\$0,13
32	CARBAMAZEPINA	272454	Suspensão Oral 100 mg/5 ml	1.000	2.000	R\$12,92
33	CARBONATO DE CÁLCIO	270895	Comprimido 1250 mg (equivalente a 500 mg Ca++)	15.000	30.000	R\$0,17
34	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL	270893	Comprimido 500 mg+ 200 UI	100.000	200.000	R\$0,19
35	CARBONATO DE LÍTIO	267621	Comprimido 300mg	100.000	200.000	R\$0,31
36	CEFALEXINA	327792	Suspensão Oral 250 mg/5ml	500	1.000	R\$9,93
37	CEFALEXINA	267625	Comprimido 500 mg	50.000	100.000	R\$0,52
38	CIPROFLOXACINO	267632	Comprimido	20.000	40.000	R\$0,30





	, cloridrato		500 mg			
39	CLOMIPRAMINA, cloridrato	267522	Comprimido 25 mg	20.000	40.000	R\$0,92
40	CLONAZEPAM	270120	Solução Oral 2,5 mg/ml	5.000	10.000	R\$4,54
41	CLORETO DE SÓDIO	375474	Solução Nasal 0,9%	500	1.000	R\$1,60
42	CLORPROMAZINA	267635	Comprimido 25 mg	50.000	100.000	R\$0,27
43	CLORPROMAZINA	267638	Comprimido 100 mg	80.000	160.000	R\$0,28
44	CLORPROMAZINA	340207	Solução Oral 40 mg/ml	500	1.000	R\$5,65
45	CLORPROMAZINA	268069	Ampola 5mg/ml	50	100	R\$1,26
46	DEXAMETASONA	267187	Colírio 0,1 %	50	100	R\$8,35
47	DEXAMETASONA	267643	Creme 0,1 %	1.000	2.000	R\$1,46
48	DEXCLORFENIRA MINA, maleato	267645	Comprimido 2 mg	5.000	10.000	R\$0,11
49	DEXCLORFENIRA MINA, maleato	298454	Solução Oral 0,4 mg/ml	500	1.000	R\$4,11
50	DIAZEPAM	267195	Comprimido 5 mg	50.000	100.000	R\$0,09
51	DIAZEPAM	267197	Comprimido 10 mg	50.000	100.00	R\$0,09
52	DIAZEPAM	267194	Solução injetável 5mg /ml	200	400	R\$0,69
53	DIGOXINA	267647	Comprimido 0,25 mg	15.000	30.000	R\$0,08
54	DIPIRONA SÓDICA	267205	Solução Oral 500 mg/ml	500	1.000	R\$1,13
55	DIPIRONA SÓDICA	267203	Comprimido 500 mg	30.000	60.000	R\$0,12
56	DIPIRONA SÓDICA	268252	Solução injetável 500 mg/ml	500	1.000	R\$0,51
57	ENALAPRIL, maleato	267651	Comprimido 10 mg	200	500	R\$0,05
58	ENALAPRIL, maleato	267652	Comprimido 20 mg	30.000	60.000	R\$0,06
59	EPINEFRINA, Cloridrato ou hemitartrato	268255	Solução injetável 1 mg/ml	50	100	R\$1,92
60	ESPIRONOLACTO NA	267653	Comprimido 25 mg	30.000	60.000	R\$0,24
61	ESPIRONOLACTO NA	267654	Comprimido 100 mg	5.000	10.000	R\$0,60



62	ESTROGÊNIO CONJUGADOS	271434	Drágea 0,625 mg	500	1.000	R\$0,91
63	FENITOÍNA SÓDICA	267657	Comprimido 100 mg	25.000	50.000	R\$0,27
64	FENOBARBITAL	267660	Comprimido 100 mg	30.000	55.000	R\$0,14
65	FENOBARBITAL	300723	Solução Oral gotas 40 mg/ml	800	1.200	R\$3,88
66	FLUCONAZOL	267662	Cápsula 150 mg	2.000	4.000	R\$0,50
67	FLUOXETINA, cloridrato	273009	Comprimido 20 mg	300.000	600.000	R\$0,13
68	FUROSEMIDA	267663	Comprimido 40 mg	50.000	100.000	R\$0,05
69	FUROSEMIDA	267666	Solução injetável 10mg/ml	50	100	R\$0,54
70	GENTAMICINA, sulfato	372372	Colírio 5mg/ml	50	100	R\$7,37
71	GLIBENCLAMIDA	267671	Comprimido 5 mg	200	500	R\$0,06
72	GLICOSE	267541	Solução Injetável 500 mg/ml (50 %)	50	100	R\$0,32
73	HALOPERIDOL DECANOATO	292194	Solução injetável 50 mg/ml	1.500	3.000	R\$9,41
74	HALOPERIDOL	267669	Comprimido 5mg	50.000	100.000	R\$0,15
75	HALOPERIDOL	292195	Suspensão Oral 2 mg/ml	1.500	3.000	R\$3,21
76	HALOPERIDOL	292196	Solução injetável 5mg/ml	50	100	R\$1,65
77	HIDROCLOROTIAZIDA	267674	Comprimido 25 mg	200	500	R\$0,03
78	HIDROCORTISON A, succinato sódico	342135	Ampola 100/mg/ml	50	100	R\$3,19
79	HIDROCORTISON A, succinato sódico	342134	Ampola 500/mg/ml	50	100	R\$6,68
80	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	340783	Suspensão Oral 61,5 mg/mL	600	1.200	R\$4,70
81	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	367514	Comprimido mastigável 230 mg	1.500	3.000	R\$0,44
82	IBUPROFENO	267677	Comprimido 300 mg	40.000	80.000	R\$0,18



83	IBUPROFENO	267676	Comprimido 600 mg	80.000	160.000	R\$0,19
84	IBUPROFENO	294643	Suspensão Oral 50 mg/ml	1.500	3.000	R\$1,54
85	IBUPROFENO	332755	Suspensão Oral 100 mg/ml	1.500	3.000	R\$3,83
86	IPRATRÓPIO, brometo	268331	Solução Inalação 0,25 mg/ml	500	1.000	R\$1,52
87	ISOSSORBIDA, dinitrato	273395	Comprimido Sublingual 5mg	2.500	5.000	R\$0,23
88	ISOSSORBIDA, mononitrato	273401	Comprimido 40 mg	10.000	20.000	R\$0,35
89	ISOSSORBIDA, mononitrato	273400	Comprimido 20 mg	10.000	20.000	R\$0,14
90	ITRACONAZOL	268861	Cápsula 100 mg	1.500	3.000	R\$1,13
91	IVERMECTINA	376767	Comprimido 6 mg	500	1.000	R\$0,84
92	LEVODOPA + BENSERAZIDA	433280	Comprimido 100+25 mg	5.000	10.000	R\$2,19
93	LEVODOPA + BENSERAZIDA	270126	Comprimido 200+50 mg	10.000	15.000	R\$3,13
94	LEVODOPA+ CARBIDOPA	270130	Comprimido 250+25 mg	15.000	25.000	R\$0,78
95	LEVOTIROXINA	268124	Comprimido 25 mcg	50.000	100.000	R\$0,17
96	LEVOTIROXINA	268123	Comprimido 50 mcg	50.000	100.00	R\$0,18
97	LEVOTIROXINA	268125	Comprimido 100 mcg	50.000	100.000	R\$0,17
98	LORATADINA	273467	Xarope 1 mg/ml	1.000	5.000	R\$4,56
99	LORATADINA	273466	Comprimido 10 mg	30.000	60.000	R\$0,14
100	LOSARTANA POTÁSSICA	268856	Comprimido 50 mg	200	500	R\$0,06
101	MEDROXIPROGES TERONA, acetato	292228	Suspensão Injetável 150 mg/mL	1.500	3.000	R\$19,43
102	METILDOPA	267689	Comprimido 250 mg	10.000	20.000	R\$0,41
103	METFORMINA, cloridrato	267691	Comprimido 850 mg	200	500	R\$0,08
104	METOCLOPRAMID A, cloridrato	267312	Comprimido 10 mg	10.000	20.000	R\$0,17
105	METOCLOPRAMID A, cloridrato	267311	Solução Oral 4 mg/ml	250	500	R\$1,03



106	METOCLOPRAMID A, cloridrato	267310	Solução injetável 5 mg/ml	1.000	2.000	R\$0,40
107	METOPROLOL,tartarato	394650	Comprimido 100 mg	30.000	60.000	R\$0,37
108	METRONIDAZOL	267717	Comprimido 250 mg	5.000	10.000	R\$0,14
109	METRONIDAZOL	268499	Comprimido 400 mg	5.000	10.000	R\$0,48
110	METRONIDAZOL (benzoilmetronidazol)	266863	Suspensão Oral 200 mg/5ml 4%	500	1.000	R\$5,25
111	METRONIDAZOL	372335	Gel Vaginal 100mg/g	500	1.000	R\$6,15
112	MICONAZOL,nitrat o	268162	Creme Vaginal 2%	500	1.000	R\$6,61
113	NISTATINA	267378	Suspensão Oral 100.000 UI/ml	500	1.000	R\$3,45
114	NORTRIPTILINA, cloridrato	271606	Cápsula 25 mg	10.000	20.000	R\$0,42
115	NORTRIPTILINA, cloridrato	271610	Cápsula 50 mg	10.000	20.000	R\$0,64
116	OMEPRAZOL	267712	Cápsula 20 mg	200.000	500.000	R\$0,14
117	PARACETAMOL	267778	Comprimido 500 mg	100.000	400.000	R\$0,07
118	PARACETAMOL	267777	Solução Oral gotas 200 mg/ml	500	4.000	R\$1,02
119	PERMETRINA	267773	Loção 10 mg/mL	500	1.500	R\$1,63
120	PERMETRINA	363597	Loção 50 mg/mL	100	500	R\$2,50
121	PREDNISONA	267741	Comprimido 5 mg	20.000	50.000	R\$0,12
122	PREDNISONA	267743	Comprimido 20 mg	10.000	40.000	R\$0,30
123	PREDNISOLONA,fo sfato sódico	268150	Solução Oral 4,02 mg/ml (equivalente 3 mg prednisolona)	500	1.500	R\$7,60
124	PROMETAZINA, cloridrato	267768	Comprimido 25 mg	15.000	30.000	R\$0,15
125	PROMETAZINA, cloridrato	267769	Solução injetável 25mg/ml	100	500	R\$1,91
126	PROPRANOLOL	267772	Comprimido 40 mg	200	500	R\$0,03



127	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	268390	Pó p/sol Oral Envelope p/1L	1.000	5.000	R\$2,78
128	SALBUTAMOL, sulfato	294887	Aerossol 100 mcg/dose	200	500	R\$8,95
129	SINVASTATINA	267747	Comprimido 20 mg	200	500	R\$0,10
130	SINVASTATINA	267745	Comprimido 40 mg	200	500	R\$0,21
131	SULFADIAZINA DE PRATA	272089	Creme 1%	500	1.500	R\$4,31
132	SULFAMETOXAZO L+TRIMETROPINA	308884	Suspensão Oral 40 mg + 8 mg/ml	200	500	R\$1,70
133	SULFAMETOXAZO L+TRIMETROPINA	308882	Comprimido 400 mg+ 80 mg	10.000	20.000	R\$0,13
134	SULFATO FERROSO	292345	Solução Oral 25 mg/ml FE ( II) - gotas	200	1.000	R\$1,28
135	SULFATO FERROSO	292344	Comprimido revestido 40 mg FE ( II)	30.000	60.000	R\$0,05
136	SULFATO FERROSO	394668	Xarope 5mg/ml	200	500	R\$4,99
137	TIAMINA, cloridrato	272341	Comprimido 300 mg	10.000	60.000	R\$0,31
138	VARFARINA SÓDICA	279269	Comprimido 5 mg	10.000	50.000	R\$0,19
139	VERAPAMIL, cloridrato	267425	Comprimido 80 mg	30.000	100.000	R\$0,12
140	GUACO-MIKANIA GLOMERATA SPRENGL	433940	Xarope	1.000	5.000	R\$3,37
141	ISOFLAVONA DE SOJA	395620	Cápsula 50 mg a 120 mg de isoflavonas	5.000	15.000	R\$0,80
142	IMIPRAMINA	267292	Comprimido 25 mg	50.000	100.000	R\$0,47
143	AMBROXOL	271660	Xarope Pediátrico 15 mg/5 ml	500	1.000	R\$2,63
144	CINARIZINA	267629	Comprimido 75 mg	5.000	25.000	R\$0,17
145	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA+ FENILEFRINA	396853	Colírio Anestésico 10/1 mg/ml	50	100	R\$7,02
146	DICLOFENACO	271003	Ampola 25	1.000	2.000	R\$0,68



	SÓDICO		mg/ml			
147	DOXICICLINA	271036	Drágea 100 mg	500	1.000	R\$0,30
148	ESCOPOLAMINA, butilbrometo	267282	Ampola 20 mg/ml	100	500	R\$1,24
149	ESCOPOLAMINA, butilbrometo	267283	Comprimido 10 mg	15.000	55.000	R\$0,56
150	ESCOPOLAMINA, butilbrometo + DIPIRONA SÓDICA	270621	Ampola 20 mg/250 mg/ml	500	1.000	R\$1,95
151	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + SIMETICONA	-	Comprimido 200 mg + 200 mg + 30 mg	1.500	3.000	R\$0,24
152	MIDAZOLAM	268481	Solução Injetável 5 mg/mL	50	100	R\$2,42
153	MORFINA, sulfato	304871	Solução Injetável 10 mg/mL	50	100	R\$3,48
154	PIRIDOXINA, cloridrato + DIMENIDRINATO	272335	Solução Oral 5 mg/ml + 25 mg/ml	200	500	R\$6,28
155	PIRIDOXINA, cloridrato + DIMENIDRINATO	272334	Solução Injetável 50 mg/ml + 50 mg/ml	50	100	R\$1,95
156	NEOMICINA + BACITRACINA	273167	Pomada 5 mg+250 UI/g	1.500	5.000	R\$1,64
157	NISTATINA	266788	25.000 UI/g Creme Vaginal	500	2.000	R\$4,69
158	TERBUTALINA, sulfato	269818	Solução Injetável 0,5 mg/mL	50	100	R\$2,50
159	PENTE FINO	-	-	100	500	R\$0,64
160	LANCETA EM AÇO INOXITÁVEL ESTÉRIL, DESCATÁVEL	-	Lanceta em aço inoxidável estéril, descartável, para punção digital, que dispense lancetador e que esteja em conformidade com a NR32 (Item 32.2.4.15 São vedados o	5.000	10.000	R\$0,78





			reencape e a desconexão manual de agulhas). Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e número do registro no Ministério da Saúde. Certificado de Boas Práticas de Fabricação, emitido pela ANVISA.			
161	SERINGAS COM AGULHA ACOPLADA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA	-	Seringa descartável para insulina com capacidade para 50 UI, com escala externa gravada, indelével, precisa e visível de 1 em 1 unidades, agulha fixa (integrada) de 6 mm de comprimento por 0,25 mm de diâmetro (31G 15/64") em aço inoxidável, siliconizada, nivelada, polida cilíndrica, reta, oca, com bisel	10.000	50.000	R\$ 1,58



			trifacetado, afiada, com canhão translúcido, provida de protetor que permita perfeita adaptação ao canhão. Embalada em pacotes com 10 unidades. O produto deverá atender a NBR ISO 8537 de 03/08/2006 e apresentar o selo de aprovação do INMETRO, conforme Portaria n.º 503, de 29 de dezembro de 2011.			
162	SERINGAS COM AGULHA ACOPLADA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA	-	Seringa descartável para insulina com capacidade para 100UI, com escala externa gravada, indelével, precisa e visível de 1 em 1 unidades, agulha fixa (integrada) de 6 mm de comprimento por 0,25 mm de diâmetro (31G 15/64") em aço inoxidável,	10.000	50.000	R\$ 1,30



			siliconizada, nivelada, polida cilíndrica, reta, oca, com bisel trifacetado, afiada, com canhão translúcido, provida de protetor que permita perfeita adaptação ao canhão. Embalada em pacotes com 10 unidades. O produto deverá atender a NBR ISO 8537 de 03/08/2006 e apresentar o selo de aprovação do INMETRO, conforme Portaria n.º 503, de 29 de dezembro de 2011.			
163	TIRAS REAGENTES PARA MEDIDA DE GLICEMIA CAPILAR	-	Tira reagente para detecção de glicemia capilar, venosa, com faixa de medição entre 20 e 500 mg/dL, amostra igual ou inferior a 02 microlitros, mediada pela Glicose Desidrogenase, que aceite apenas mg/dL	50.000	100.000	R\$ 1,04



			<p>como unidade de medida e tempo de leitura máximo de 10 segundos, para uso em monitor de glicemia compatível com software de controle de testes em português. Com 100 aparelhos em comodato. Registro no Ministério da Saúde. Certificado de Boas Práticas de Fabricação. A EMPRESA DEVERÁ FORNECER OS SEGUINTE SERVIÇOS:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>* Treinamento e capacitação das equipes da Farmácia Municipal e Enfermagem, quando necessário;</li><li>* Fazer a substituição dos monitores avariados no município;</li><li>* Fornecer baterias (pilhas);</li><li>* Manutenção preventiva dos aparelhos;</li><li>* Fornecer Kit de Solução</li></ul>			
--	--	--	--	--	--	--

			Controle gratuitamente, para calibração interna e possíveis substituições de equipamentos avariados.			
--	--	--	--	--	--	--

## ANEXO IV

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (MINUTA)

#### CONCORRÊNCIA Nº 15/18

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, situada na Av. Pereira Rego, 1665, o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 15/18, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em \_\_\_\_\_ e publicada em imprensa oficial, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquela enunciada abaixo e nos itens que se seguem.

Itens\_\_\_\_\_: (nome da empresa), CNPJ:\_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_;

#### 1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 15/18, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

#### 2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**2.1.** Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

#### 3 – CONTRATO

**3.1.** Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme disposto nos subitens 5.1 a 5.20.

**3.2.** Não haverá reajuste de preços durante a vigência da ata.



**3.3.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

#### **4 – PREÇOS**

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “QUADRO VENCEDOR FINAL”, em anexo a essa Ata.

#### **5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

**5.1.** As solicitações de fornecimento à contratada por parte da Prefeitura serão feitas por escrito, através de notas de empenhos com cópia obrigatória para os fornecedores, que poderá ser entregue diretamente para as contratadas ou encaminhados por meios eletrônicos.

**5.2.** O prazo de entrega dos medicamentos será de no máximo de 10 dias corridos, contados do recebimento do empenho. Caso não cumprido, a empresa então deverá justificar por escrito o atraso, pedindo a prorrogação do prazo por no máximo 10 dias. Caso estes prazos sejam extrapolados, serão tomadas as medidas cabíveis;

**5.3.** Os medicamentos adquiridos deverão ser entregues na Farmácia Municipal, situada na Rua Thompson Flores, nº 408, Bairro Centro, em Candelária, RS, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00;

**5.4.** Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos;

**5.5.** O objeto se estiver de acordo com Edital e seus Anexos, será recebido:

- a) **provisoriamente**, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado na licitação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade, características e quantidade dos produtos e consequentemente aceitação, no prazo máximo de 5 dias úteis contados após o recebimento provisório.

**5.6.** A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao Município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação / desconformidades com as Normas Técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato;

**5.7.** Na hipótese de não cumprimento das exigências previstas neste item 6 do edital ou avaria durante armazenamento e distribuição, o fornecedor será notificado a retirar o produto no local de entrega, substituindo-o por outro que atenda integralmente as especificações deste, sem qualquer ônus para o Contratante, no prazo máximo de 7 dias úteis;

**5.8.** A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento;



**5.9.** Caso haja erro na entrega por parte do fornecedor, a mesma fica responsável pelo recolhimento dos produtos no prazo máximo de 30 dias, após, os produtos serão considerados bonificação e incluídos no estoque da Farmácia Municipal;

**5.10. Os medicamentos deverão ter uma validade mínima de 12 meses,** contados da data de entrega dos mesmos. Caso haja solicitação por parte da empresa e tenhamos alta demanda, poderão ser analisados pedidos de entrega com menor prazo de validade, porém, deverá passar por prévia aprovação do farmacêutico responsável do Município juntamente com uma carta de troca;

**5.11. Embalagem:** o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde;

a) As distribuidoras e transportadoras não poderão omitir dados de produção do fabricante na caixa de embarque (exemplo: lote, data de fabricação e validade) através da colagem de novas etiquetas sobre as informações.

**5.12. Rotulagens e bulas:** todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem conter nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja, número do lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

**5.13. Responsável Técnico:** as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada;

**5.14. Lote e Validade do Medicamento:** o número dos lotes, data de validade dos medicamentos e o fabricante devem estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue;

**5.15. Laudo de Análise de Controle de Qualidade:** os fornecedores (fabricantes, distribuidoras ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos de todos os lotes, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas) na entrega dos medicamentos.

**5.16.** O acondicionamento e transporte dos medicamentos deve ser feito dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos de pó, umidade e variações de temperatura, sendo expressamente proibido por parte da empresa contratada efetuar a entrega em carros, motocicletas e/ou caminhões de carroceria aberta, ou seja, que não sejam apropriados para o transporte de medicamentos e congêneres, sob pena de incorrer em quebra contratual e sujeitar-se às penalidades cabíveis. No caso dos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

**5.17.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como, não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação;



**5.18.** A critério do Município, poderão ser exigidos cópia (s) da (s) nota (s) fiscal (ais) de compra dos suprimentos, para fins de comprovação de sua aquisição de distribuidor (es) oficial (ais);

**5.19.** A Prefeitura Municipal promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

**5.20.** Os pagamentos serão efetuados à vista, após a entrega dos materiais, através do Banco/Tesouraria, mediante apresentação da nota fiscal que deve conter a modalidade e o número da licitação, bem como os dados bancários atualizados.

## **6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

**6.2.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**6.3.** No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **7- PENALIDADES**

**7.1.** Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.



c) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**7.2.** Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 7 (sete) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## **8 - FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** Cabe a prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

**8.2.** A fiscalização dos itens recebidos, da documentação técnica e das atas de registro de preços ficará sob a responsabilidade das servidoras farmacêuticas MARISOL SCHNEIDER e MICHELE AGGENS, que estão investidas do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

**8.3.** As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 5 dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

## **9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

**9.1.** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

**9.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

**9.3.** Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.



## 10 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

## 11 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr. \_\_\_\_\_, representando a EMPRESA.

Candelária, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE  
Prefeito Municipal

Representante da Empresa

TESTEMUNHAS:

